



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**Ata da 19ª reunião, realizada em 25 de junho de 2018**

1 Em 25 de junho de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de Proteção  
2 à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado  
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto  
6 Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público:  
7 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
8 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Marília Jardim de  
9 Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho  
10 Junior, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da  
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio  
12 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de  
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:  
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e  
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Rogério Pinto Vasconcellos, do  
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).  
19 Representantes da sociedade civil: Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade  
20 Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Gabriel Moreira  
21 Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos**  
22 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o  
23 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri Dubois Collet  
24 declarou aberta a 19ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de  
25 Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
26 **GERAIS.** Vânia Mara de Souza Sarmiento, assessora dos Órgãos  
27 Colegiados/SEMAD: “Nós estamos inovando a tecnologia e vamos ter, a partir  
28 de agora, videoconferência, otimizando não só os custos, mas o tempo e a  
29 eficiência dos nossos técnicos. E a partir da próxima reunião vamos estar  
30 interagindo com os técnicos por meio da videoconferência. É uma inovação que  
31 estamos trazendo não só à CPB, mas a todas as unidades colegiadas do  
32 COPAM e do CERH.” **4) EXAME DAS ATAS DA 17ª E 18ª REUNIÕES.**  
33 Aprovadas por unanimidade as atas da 17ª e da 18ª reuniões da Câmara de  
34 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizadas nos dias 9 e 21 de  
35 maio de 2018, respectivamente. Registrada abstenção do Ibama. **5) NOVA**  
36 **ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE**

37 **MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. Apresentação:**  
38 **GIMUC e URFBioAJ/IEF.** Apresentação realizada por Gabriel Carvalho de  
39 Ávila/IEF. Debates. Presidente Henri Dubois Collet: “Parabéns, Gabriel. É  
40 importante persistirmos nesse nosso projeto, nessa proposta de alteração, de  
41 evolução, de quebra de paradigmas.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
42 Oliveira: “Primeiramente, dar os parabéns para o Instituto Estadual de Florestas  
43 por trilhar esse caminho e reconhecer que tem muita coisa. Esse plano a que eu  
44 pedi vista tem 440 folhas e está bem escrito. O Gabriel comentou que tem plano  
45 do Canadá de 50 folhas. E 440 é muito ou pouco, Gabriel, na sua opinião?”  
46 Gabriel Carvalho de Ávila/IEF: “Eu acho que a questão não é quantidade, mas a  
47 qualidade. Eu acho que é desnecessário que o documento em si tenha tantas  
48 páginas, mas eu sei que todo o conhecimento que está apenso nesse  
49 documento é importante. A nossa questão é: seria necessário que esse  
50 documento encerrasse todo esse conhecimento ou poderiam ser,  
51 simplesmente, documentos acessórios que iriam apoiar a gestão e a tomada de  
52 decisão? Caso contrário, começamos a construir esses monstros de biblioteca  
53 que são documentos que até para começar a analisar são dispendiosos.”  
54 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “E outra coisa: meus parabéns para  
55 você, que fez uma bela apresentação. Agora, você comentou que o ideal seria a  
56 elaboração dos planos de manejo pela equipe da casa. Não é feito assim hoje?  
57 E quanto custa quando é feito por fora?” Gabriel Carvalho de Ávila/IEF:  
58 “Atualmente, existe, sim, a participação intensa da nossa equipe durante todo o  
59 processo, porém, na parte de diagnóstico, hoje em dia, no termo de referência  
60 que atendemos – que vem, inclusive, seguindo o roteiro metodológico do Ibama,  
61 que foi utilizado, durante muito tempo, em escala nacional –, existe a  
62 necessidade de vários estudos de diagnóstico que devem ser feitos por  
63 especialistas das áreas sociais, biológicas, geológicas. Enfim, realmente, nós  
64 não temos especialistas que possam se dedicar à construção desses  
65 diagnósticos no âmbito do plano de manejo. Nós temos especialistas, mas eles  
66 têm outras atribuições. Isso nos forçou a contratar esses estudos na maior parte  
67 das vezes e foi gerando um certo costume. Já que estamos fazendo a licitação  
68 pelo plano de manejo, então, acabamos licitando o plano completo em vez de  
69 só esse estudo. E talvez, aí, começamos a ter problemas na parte mais  
70 importante do plano, que é o planejamento propriamente, em que precisamos  
71 ter as rédeas de tudo que está sendo proposto, precisamos que aquilo encaixe  
72 na nossa realidade terrestre, no chão da fábrica, que é a unidade de  
73 conservação. E hoje em dia nós temos visto que a contratação pode, em alguns  
74 momentos, tirar de nós essa autonomia e fazer os planos de manejo flutuarem  
75 muito alto dentro da realidade que temos para aterrissar quando da gestão da  
76 unidade conservação. O custo médio é de cerca de R\$ 500 mil por plano de  
77 manejo.” Presidente Henri Dubois Collet: “Nós já tivemos plano de R\$ 750 mil  
78 também. Então, para você ter uma ideia de que a variação é muito grande.”  
79 Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Eu também quero parabenizar pela

80 apresentação muito fluida, ótima. Aproveitando o gancho dos valores, em torno  
81 de R\$ 500 mil, quanto vocês imaginam que vão custar os planos dentro dessa  
82 nova proposta? Focando – o que eu imagino – dentro das ameaças de que vai  
83 ter a unidade de conservação, na gestão específica, quanto vocês acham que  
84 vai custar?” Gabriel Carvalho de Ávila/IEF: “Realmente, é difícil. Na nossa  
85 proposta de novo termo de referência, o que estamos, praticamente,  
86 contratando agora é a logística do evento. Então, são profissionais de  
87 moderação, de relatoria, a própria logística em si, de transporte, alimentação,  
88 para as oficinas participativas. Eu ficaria constrangido de falar um valor, mas  
89 acredito que vai ter uma redução em mais de 70% no custo atual. Lógico,  
90 manteremos ou talvez aumentaremos o custo para a instituição enquanto  
91 recurso humano que vai ser dispendido para a construção. Isso tem que ser  
92 levado em consideração também, é gente nossa que vai estar se dedicando à  
93 construção desse plano de manejo. Eu acho que vai ser nesse patamar, mas é  
94 a minha aposta, e eu não posso chegar ao mérito agora dos valores.”  
95 Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “É muito bom também porque isso vai  
96 gerar uma memória de conhecimento dentro do órgão com relação a construção  
97 dos planos. Com o tempo, vai ser muito aproveitado nos próximos.” Cecília  
98 Fernandes Vilhena/IEF: “Só complementando, como já temos muitos planos em  
99 andamento, inicialmente, nós pretendemos investir um pouco na qualificação de  
100 uma equipe ampliada, seguindo muito o aprendizado com o ICMBio. Então, vai  
101 ter um custo com a capacitação da equipe, e nós queremos experimentar  
102 algumas consultorias, inicialmente, um pouco mais extensas com a moderação  
103 e com a relatoria, mas que cheguemos a um ponto em que toda a equipe do IEF  
104 possa estar incorporando também a moderação e relatoria, e que as empresas  
105 sejam contratadas, praticamente, para redação final, design, impressão e  
106 custeio das oficinas. As oficinas vão ser o mais pesado desse contrato.  
107 Dependendo do tamanho da unidade de conservação, de quantos municípios  
108 essa área estará abrangendo, é que vai definir também quantas oficinas prévias  
109 serão necessárias, e isso vai influenciar bastante no custo. Mas, inicialmente,  
110 nós queremos trabalhar com contratos um pouco mais amplos para termos um  
111 suporte, um aprendizado melhor. Inclusive, em breve, vamos estar aqui  
112 pautando alguns planos de trabalho para contribuir nesse processo de  
113 capacitação, um curso de moderadores para os próprios servidores do IEF,  
114 regionalizado, para conseguirmos reduzir, cada vez mais, esse custo e otimizar  
115 mais o trabalho dos servidores.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Eu  
116 imagino que uma das partes mais onerosas seja o levantamento de meio  
117 biótico. É uma coisa em que a academia pode auxiliar, facilmente. O gargalo  
118 que encontramos – eu falo por experiência própria – quando vamos fazer uma  
119 amostragem em alguma unidade de conservação é alojamento. Às vezes,  
120 temos combustível, veículo, mas não tem alojamento na unidade. Então, não  
121 tem condição de ficar lá, e a unidade é muito distante. E pesquisador, muitas  
122 vezes, não precisa de muito. Se tiver um alojamento com fogão, um botijão,

123 uma geladeira e luz, ele dorme no chão, na rede, na barraca. Eu quero dizer  
124 que o investimento reduz bastante. Então, tem esse gargalo de estrutura na  
125 unidade para o pesquisador ficar. Se tiver isso, a demanda aparece, os  
126 pesquisadores aparecem. Eu percebo também um problema na falta de  
127 compilação dos dados de pesquisa nas unidades. Uma sugestão que eu tinha  
128 comentado quando estava na reunião da CNR, e eles estavam apresentando  
129 aquela Infraestrutura de Dados Espaciais. Eu acho que uma das camadas é  
130 perfeitamente plausível de se colocar a informação biológica que se tem das  
131 unidades de conservação. Isso vai poder até subsidiar decisões com relação a  
132 empreendimentos que estão próximos. Por exemplo, já vai saber que tem uma  
133 espécie ameaçada de extinção ocorrendo em um parque que tem uma distância  
134 que permite a ocorrência dessa espécie na área do empreendimento. Então, em  
135 uma visão futura de correlacionar e interligar todas essas iniciativas do Estado,  
136 eu acho que seria ótimo. Talvez pensar também nessa parte, tirar esse custo de  
137 meio biótico dos planos de manejo, estruturar melhor a forma de resgatar esses  
138 dados de pesquisa. Eu conheço vários pesquisadores que sequer devolvem os  
139 resumos e os dados de teses para as unidades de conservação. O Estado  
140 poderia criar uma política do tipo: não devolveu, não tem licença de novo. E  
141 alimentar, por exemplo, a Infraestrutura de Dados Espaciais, e os dados  
142 ficariam disponíveis para outros pesquisadores sem precisar pedir para a  
143 unidade. É uma possibilidade muito grande que eu vejo para o futuro.” **6)**  
144 **STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE**  
145 **DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS (SINAFLOR). Apresentação:**  
146 **IEF.** Apresentação realizada por Daniela de Souza/IEF. Debates. Presidente  
147 suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Obrigado, Daniela. Eu acho que  
148 ficaram claro o tamanho da complexidade desse trabalho e o desafio enfrentado  
149 pelo IEF, e por isso a importância que o IEF tem dado a isso.” Conselheiro Nino  
150 Antônio Camini: “Eu lembro que havia um problema muito grande de  
151 comunicação do DOF com o Siam e que muitas das vezes, para escoamento de  
152 produção, isso era um problema. Com o que eu lido mais diretamente, no caso,  
153 as anuências de Mata Atlântica, quando do escoamento do material lenhoso  
154 proveniente das supressões, isso está tudo previsto?” Daniela de Souza/IEF:  
155 “Todas essas questões já foram mapeadas. Na verdade, até aproveitar a  
156 oportunidade, nós precisamos sempre agradecer o apoio que estamos tendo  
157 das equipes do Ibama, o que tem sido de grande auxílio neste momento que  
158 estamos passando. Uma das questões pelas quais nós entramos no prazo de  
159 90 dias foi justamente a conversa do DOF com o CAF/Siam. Essa conversa é  
160 feita fora do Estado, já é tranquila essa conversa. Lógico, às vezes tem algum  
161 problema de sistema, mas, de uma certa forma, flui de forma tranquila. Só que,  
162 para dentro do Estado, isso precisa ainda ser melhor refinado. Nós estamos  
163 trabalhando muito para conseguir construir um webservice que vai permitir essa  
164 conversa. Porque uma grande preocupação foi assim: eu emito uma autorização  
165 no Sinaflor, e ela cai dentro do DOF. E vai ficar uma pessoa sozinha dentro do

166 DOF, com um monte de carvão vegetal. ‘E agora com quem eu vou conversar  
167 para fazer todas as minhas transações?’ Então, essa questão já está mapeada,  
168 nós já estamos trabalhando e com perspectivas muito boas até de fazer essa  
169 migração. Esse talvez represente o nosso maior desafio porque não migramos  
170 apenas saldo. Se fôssemos migrar só saldo de produto e subproduto, seria  
171 muito tranquilo, mas nós migramos pessoas. E tem pessoas que mexem  
172 esporadicamente nos sistemas, uma vez na vida e depois, talvez, nunca mais e  
173 tem pessoas para as quais essa é uma atividade corriqueira, do dia a dia.  
174 Então, talvez esse seja o nosso maior desafio, e estamos bem atentos a essa  
175 parte. Em relação à questão do escoamento do material lenhoso das  
176 intervenções ambientais, em que não existe aptidão primária da pessoa que  
177 está fazendo a intervenção, não é a destinação econômica, o uso desse recurso  
178 natural. Isso também tem acontecido muito com as minerações, é um ponto de  
179 gargalo tipo: o que eu vou fazer depois que eu fiz a supressão? É a destinação  
180 econômica. Isso acontece no Estado, por exemplo, com o DEER. Nós estamos  
181 conversando muito com o DEER sobre isso também e temos trabalhado. Tem  
182 alguns gargalos nessa história. O primeiro gargalo é o CTF. Hoje em dia para  
183 entrar no Sinaflor, tem que estar em conformidade com o CTF e todas as  
184 obrigações legais dele decorrentes. Grande parte das pessoas que precisam  
185 usar o Sinaflor vai ter que fazer um ajuste do CTF para conseguir. E também  
186 estamos em conversa com o Ibama, especificamente com a outra diretoria, a de  
187 Qualidade, que mexe com o CTF, para ver também como vamos conseguir  
188 fazer esse ajuste em função das novas obrigações que vão ser geradas para os  
189 usuários do Sinaflor. Nós temos discutido muito sobre essa questão do uso e do  
190 aproveitamento econômico do produto florestal depois das intervenções. Temos  
191 tido algumas frentes de trabalho, uma delas é pedido de incorporação de  
192 material lenhoso no solo. Isso está sendo avaliado dentro do IEF, uma parceria  
193 também com a Secretaria de Meio Ambiente. Mas às vezes estamos falando de  
194 material lenhoso que é até difícil de se pensar como isso vai acontecer. Eu não  
195 sou técnica, não posso adentrar nesse assunto – eu sou advogada –, mas  
196 tenho acompanhado os técnicos nessa discussão. É uma frente que já  
197 mapeamos e estamos trabalhando. Isso nos causa muita preocupação, porque  
198 entendemos que é uma matéria-prima florestal de uma qualidade, às vezes,  
199 excepcional. Às vezes, estamos falando de intervenção em estágios avançados  
200 do bioma de Mata Atlântica em que, algumas vezes, essa madeira está sendo  
201 perdida por falta de sua destinação. Isso nos causa grande preocupação,  
202 precisamos tratar esse assunto e enfrentá-lo.” Conselheiro Nino Antônio Camini:  
203 “Porque muitas vezes colocamos uma condicionante de que tem que existir o  
204 aproveitamento econômico do material lenhoso, só que eles não têm condição  
205 de fazer esse aproveitamento porque o sistema não permite. E aí nós estamos  
206 criando um problema para o empreendedor também.” Daniela de Souza/IEF:  
207 “Sem dúvida. E eu acho que, nessa questão da gestão, não podemos nos furtar  
208 à importância que é isso, às vezes, são áreas de desmate consideráveis e de

209 matéria florestal que precisamos dar o devido tratamento. Já mapeamos, e eu  
210 espero te dar uma resposta em breve de tudo isso.” Conselheiro Thiago  
211 Rodrigues Cavalcanti: “Primeiramente, dar os parabéns ao IEF pelo trabalho  
212 que tem sido feito para regularizar todo esse passivo existente, tanto de DCC  
213 quanto de autorizações para intervenção ambiental. Eu acho que vai ser um  
214 trabalho bem difícil resolver esses 2.000 processos em seis meses, mas é  
215 interessante que seja resolvido, e eu confio que o IEF vai conseguir resolver  
216 isso tudo. E só pedir para que sejam encaminhadas para nós as apresentações,  
217 porque eu acho que têm gerado muita dúvida aos empreendedores essas  
218 questões do Sinaflor e essas regras de transição. A apresentação está muito  
219 clara e vai ajudar para que passemos essas questões aos empreendedores no  
220 Estado.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Parabéns pela  
221 apresentação. Essa questão do Sinaflor, eu, que sou meio pessimista para  
222 alguns assuntos, penso que nunca vai ter solução. Você comentou que a  
223 condição básica para acessar o Sinaflor é um antecedente do Cadastro Técnico  
224 Federal, e eu fico pensando o seguinte. O IEF e muitas empresas de Minas  
225 Gerais incentivaram que produtores rurais também se metessem a  
226 reflorestadores, e eles plantaram eucalipto. E está lá o eucalipto na propriedade.  
227 E de vez em quando precisa explorar, precisa vender uma madeira. Tem  
228 pessoa que está absolutamente impossibilitada – é a realidade do meio rural –  
229 de ter esse acesso ao Cadastro Técnico Federal para dar um direcionamento à  
230 floresta plantada. Na realidade, ele tem floresta plantada. E aí eu fico pensando  
231 qual é a utilidade de se fazer esse tipo de controle de floresta plantada. Deve ter  
232 aparecido já essa discussão, uma vez que são livres o plantio e a colheita. Fica  
233 mediante controle o transporte. O que está surgindo para desatar esse nó?”  
234 Daniela de Souza/IEF: “Na verdade, têm surgido muitas ideias. Nós estamos  
235 também bastante sensíveis a essa situação. Nós temos trabalhando com várias  
236 hipóteses: efetivamente, só fazer o controle daquilo que for carbonizado ou  
237 pensar no fortalecimento de parceiros que possam atuar para colocar essa  
238 informação dentro do sistema. Eu acho que a Faemg e a Fetaemg serão  
239 parceiras nossas para poder achar essa solução e nos ajudar a fazer esse  
240 alinhamento e esse destravamento para atendimento do pequeno produtor. Nós  
241 estamos abertos, inclusive, eu já pedi uma reunião específica com a Faemg e a  
242 Fetaemg para abrir essa discussão. Na verdade, a maior consciência que nós  
243 temos é que não vamos conseguir destravar o Sinaflor se for uma conversa só  
244 do IEF, da SEMAD e do Ibama, é preciso que todas as pessoas e atores  
245 estejam envolvidos na busca de soluções e na busca de usabilidades dessa  
246 ferramenta. Nós estamos sensíveis a essa problemática, pode ter certeza  
247 disso.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “De repente, nós ficamos  
248 imaginando: existe necessidade de fazer o controle da madeira do pequeno  
249 produtor e até do médio? Existe necessidade, absolutamente, fundamental?  
250 Não é um excesso desnecessário, que está custando muito caro e vai custar  
251 muito caro?” Daniela de Souza/IEF: “Por lei, hoje, eu preciso fazer o controle de

252 todo produto que vai ser transformado em carvão vegetal. Isso é uma obrigação  
253 decorrente da Lei 20.922. Na questão da comercialização do produto in natura,  
254 propriamente dito, hoje tem uma obrigação na 1.906 de apresentar um  
255 requerimento em função do recolhimento da taxa florestal. Mas essa discussão,  
256 realmente, precisa ser feita, esse prazo de 90 dias precisa ser utilizado para  
257 chegarmos a essas conclusões. Eu enxergo uma grande possibilidade de  
258 termos um controle da cadeia florestal do Estado, um controle da política  
259 florestal do Estado de Minas Gerais, seja plantada, seja nativa. Isso eu vejo  
260 como um benefício. Mas entendo que esse benefício que queremos ter com o  
261 uso da ferramenta não pode ser desarrazoado com as necessidades do  
262 pequeno produtor, que foi o fomentado para uso da matéria-prima florestal. É  
263 uma questão que vamos ter que pesar, sim, na balança, sem dúvida alguma.” **7)**  
264 **STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)**  
265 **DE MINAS GERAIS. Apresentação: Diretoria de Controle, Monitoramento e**  
266 **Geotecnologia/Gerência de Cadastro Ambiental Rural/IEF.** Mariana Lobato  
267 Megale de Souza Lima/IEF fez apresentação da situação atual de  
268 implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado de Minas Gerais.  
269 Não houve debates. O material da apresentação se encontra disponível no site  
270 da SEMAD, assim como as exposições realizadas nos itens 5, 6 e 8 da pauta.  
271 **8) STATUS DE EXECUÇÃO DO PROMATA II. Apresentação: Diretoria de**  
272 **Conservação e Recuperação de Ecossistemas/IEF.** Fernanda Teixeira  
273 Silva/IEF fez apresentação da situação atual de execução do Projeto de  
274 Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais - Promata Fase II. Debates.  
275 Conselheiro Nino Antônio Camini: “No Promata I, eu lembro que havia um  
276 trabalho de fomento, e neste não teve.” Fernanda Teixeira Silva/IEF: “No início  
277 do projeto, foi entendido que a aquisição de insumos para cercamento, para  
278 recuperação, seria uma contrapartida do IEF, e nós fomos fazendo dentro do  
279 nosso programa de fomento regular. Mas teve uma reunião, no final do ano  
280 passado, com um dos representantes do banco, que veio da Alemanha, e ele  
281 autorizou que nós fizéssemos agora a aquisição de insumos de cercamento  
282 com recurso do projeto. Então, por isso que agora, nesse último ano, está  
283 entrando essa aquisição.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Parabéns pela  
284 apresentação. Uma curiosidade que eu tenho. Eu estava conversando com o  
285 Thiago aqui, antes, sobre os corredores ecológicos em Minas. Existe alguma  
286 relação do Promata com o projeto de corredor ecológico?” Fernanda Teixeira  
287 Silva/IEF: “Existe a relação no sentido de que o projeto fomenta essas  
288 discussões sobre corredores e sobre restauração em si, algumas das áreas  
289 prioritárias do projeto são corredores. Um deles, efetivamente, é reconhecido, o  
290 Sossego Caratinga, que foi reconhecido por um decreto estadual em 2014, e  
291 outros dois são áreas denominadas de corredores, mas não tem esse decreto  
292 reconhecendo. Nós tivemos, recentemente, uma reunião em que iniciamos as  
293 discussões com o público externo sobre a questão dos corredores ecológicos.  
294 Vai ter uma apresentação na CAP, na quinta-feira, sobre esse tema e sobre o

295 que estamos discutindo nessa minuta. A relação do Promata é, basicamente, no  
296 fomento à discussão desse tema e também focando ações nessa área, que é  
297 considerada prioritária.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Ótimo, porque os  
298 corredores acabam fortalecendo também as unidades de conservação. Eu  
299 queria pedir, talvez, na próxima reunião da CPB, se fosse possível, para  
300 trazerem uma apresentação sobre o avanço desse projeto de corredor  
301 ecológico.” Fernanda Teixeira Silva/IEF: “Assim como vai ter essa apresentação  
302 na CAP agora na quinta-feira, para a próxima reunião da CPB eu já tinha  
303 solicitado que se incluísse esse tema também.” **9) PROCESSOS**  
304 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
305 **CONFORME POA 2018. 9.1) Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A. Cultura**  
306 **de cana-de-açúcar com queima. Jaíba/MG. PA 04234/2007/001/2007. Classe**  
307 **5. Apresentação: GCA/IEF. Retorno de vista: Angá, Fiemg e Faemg.**  
308 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do parecer de  
309 vista conjunto Fiemg/Faemg, contrariando o Adendo ao Parecer Único, que  
310 opina pela correção do valor de referência. A Presidência registrou votos do  
311 Sindiextra, Faemg e Fiemg contrários ao Adendo ao Parecer Único e  
312 abstenções do Crea, ICMBio, Ibama, Fapemig, UFV e Sedectes. Conselheiro  
313 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “A justificativa é que o voto foi favorável ao  
314 processo, mas contrário à atualização, em virtude das justificativas colocadas  
315 no parecer de vista.” Conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos: “Mantendo a  
316 coerência, nós temos a mesma interpretação que a Fiemg, fizemos essa  
317 mesma análise. Então, vamos seguir mantendo essa coerência.” Conselheiro  
318 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu assino o relatório de vista, portanto, sou a  
319 favor do processo e contrário à correção.” Conselheiro Nino Antônio Camini:  
320 “Senhor presidente, só para não encerrar a discussão agora, eu acho que  
321 precisamos ponderar sobre as competências desta Câmara. Esse caso não é  
322 pontual. Em outras ocasiões, nós já chegamos a esse tipo de discussão aqui,  
323 até onde esta Câmara vai corroborar ou não um trabalho, seja ele bem-feito ou  
324 mal feito. Eu acredito que nós precisamos definir isso melhor. Se esta Câmara é  
325 só para botar o valor em dinheiro que vai entrar, eu acredito que ela perde muito  
326 do seu caráter de proteção à biodiversidade. Eu penso que nós precisamos  
327 discutir isso muito melhor e que essa discussão não pode se encerrar aqui.  
328 Então, eu sugiro e peço que seja feita alguma coisa nesse sentido e que essa  
329 discussão não se encerre neste momento.” Presidente Henri Dubois Collet:  
330 “Nós vamos encaminhar isso para discussão interna. Realmente, eu não  
331 participei desses processos lá trás, então, não sei que encaminhamento foi  
332 dado. Mas eu acho que é importante essa discussão para dirimir essas dúvidas  
333 todas.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu concordo com o cuidado  
334 que o Nino está tendo para discutir essa matéria, mas penso que a  
335 manifestação do Procurador do IEF no momento da discussão é suficiente. E  
336 sempre o procurador tem se manifestado no sentido de que não cabe a esta  
337 Câmara discutir matéria referente ao licenciamento ambiental que foi realizado



338 lá atrás. Então, eu acho que a simples manifestação do Procurador do IEF já  
339 resolve a parada.” Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria do IEF: “Esse  
340 é o entendimento atual. Pelo que eu entendi do conselheiro Nino, a proposta é  
341 que seja feita uma revisão desse entendimento. É isso?” Conselheiro Nino  
342 Antônio Camini: “Sim. Eu entendo, como filosofia desta Câmara, que ela não é  
343 simplesmente para aprovar ou não valores monetários que vão entrar para o  
344 cofre do Estado. Existe a filosofia de proteção à biodiversidade mesmo, do  
345 mesmo modo que entendo que essa decisão foi no âmbito desse processo. Eu  
346 acredito que outros tantos que já tiveram esse mesmo tipo de problema foram  
347 recusados por erros. Não? Mas isso já foi objeto de discussão interna aqui: se  
348 esta Câmara corrobora qualquer incorreção que ela aponta ou enxerga nos  
349 pareceres de licenciamento, nós, simplesmente, vamos votar contra ou vamos  
350 votar a favor? Nós não somos contra a compensação, uma vez que está sendo  
351 calculada em cima de parâmetros técnicos. Está perfeito. E o conteúdo técnico  
352 que levou à construção da tabela? Nós vamos votar favor daquilo também? É  
353 um entendimento um pouco mais profundo do que, simplesmente, contra ou a  
354 favor.” Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria do IEF: “Eu entendo sua  
355 posição. As respostas que a Procuradoria vem fornecendo nessas reuniões,  
356 exarando seu entendimento, guardam relação estreita aqui com o que está  
357 escrito, realmente, na norma, e não poderia ser diferente. Então, a proposta de  
358 internalizar essa discussão é que a gente converse no âmbito da Procuradoria  
359 mesmo e tente buscar, nesse sentido, se for o caso de alguma revisão, qual  
360 seria a forma ideal para isso. Porque a competência está expressa, não temos  
361 como fugir da legalidade aqui. Agora, se é o caso de rever essa competência ou  
362 de considerar, em uma decisão, outros efeitos, outras tratativas que possam  
363 impactar no processo, eu digo o seguinte: eu concordo com o que você falou a  
364 respeito da responsabilidade, que, apesar de não ser a competência decisória  
365 desta Câmara, você tem a obrigação – não sei se posso dizer até moral – de  
366 apontar aquilo que você, como técnico, verificou de irregularidade, para  
367 subsidiar uma decisão efetiva de quem tem essa competência. Nada impede  
368 que sejam feitos esses apontamentos. Eu vou fazer uma analogia aqui com a  
369 própria Procuradoria, que não tem a competência decisória, mas tem obrigação  
370 de, verificando alguma irregularidade, apontar para o decisor o qual apoiamos e  
371 assessoramos, para que ele tenha essa percepção, para que verifique pelo  
372 menos isso ao tomar sua decisão. Então, a questão da competência, apesar de  
373 estar escrita, realmente, não impede que você aponte aquilo que você verificar  
374 como irregular.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “O problema não é o que  
375 está escrito, é o que não está escrito. Porque, até onde eu entendo, no  
376 momento em que se determinaram as competências desta Câmara, não há  
377 nenhuma vedação de que ela possa discutir esses outros parâmetros.”  
378 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só para complementar a discussão.  
379 Inclusive, eu não li o parecer, mas tratei desses pontos no parecer. Quem leu o  
380 parecer conjunto Fiemg/Faemg pôde perceber. Eu trouxe todas as

381 competências da CPB, desde o Decreto 46.953, quando era esse o decreto que  
382 vigia à época da discussão da Agropecuária Serra Azul de Jaíba, e trouxe  
383 também as nossas competências atuais do Decreto 47.383. Todas as questões  
384 relativas a licenciamento, autorização e a outras questões que não são relativas  
385 a compensação ambiental, a compensação de Mata Atlântica – compensação  
386 minerária, aprovação de plano de manejo, discussão de unidade de  
387 conservação – estão previstas para outras unidades do Sisema, IEF, SEMAD,  
388 Câmaras Técnicas Especializadas ou, àquela época, Unidades Regionais  
389 Colegiadas do COPAM. Então, a meu ver, tanto o Decreto 44.667 quanto o  
390 Decreto 47.383 são claros em estabelecer as competências de cada uma de  
391 suas unidades. O que não estiver dentro daquelas competências definidas, para  
392 mim, o rol é taxativo: não está definido dentre as competências daquela  
393 determinada câmara ou daquele determinado colegiado, não é competência  
394 dele, é competência de outro, se no outro estiver estabelecido aquilo. Só para  
395 deixar registrado o entendimento da Fiemg, já que eu não fiz a leitura desses  
396 pontos no parecer de vista.” Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria do  
397 IEF: “É exatamente isso. Aquilo que está escrito aqui é taxativo. Aquilo que  
398 precisar ser modificado, deve ser estudada qual a melhor forma para se fazer. A  
399 questão de não ter previsão, como você citou, não é o que está escrito, mas o  
400 que não está, se não está escrito, não é competência. O princípio da legalidade  
401 é taxativo nesse sentido. O nosso caso aqui não é aquilo que não é proibido, é  
402 aquilo que é permitido, que deve ser feito, então, tem que estar, realmente,  
403 expresso aqui nas competências.” Esclarecimento da Presidência quanto à  
404 votação do processo. Presidente Henri Dubois Collet: “Para os esclarecimentos,  
405 eu vou fazer a leitura do item aprovado. 9.1) Agropecuária Serra Azul de Jaíba  
406 S/A. Cultura de cana-de-açúcar com queima. Jaíba/MG. Conforme o parecer de  
407 vista da Fiemg.” **9.2) Britadora Borges Ltda. Unidade de Tratamento de**  
408 **Minerais (UTM). Pedro Leopoldo/MG. PA 13422/2012/003/2015, DNPM**  
409 **812.554/1970. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental  
410 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer único. Votos favoráveis:  
411 Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
412 Ausências: Setur, Angá e SEE. **9.3) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio**  
413 **Mineração S/A. Pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária**  
414 **nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica. Santa Barbara/MG. PA**  
415 **03316/2012/001/2012. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
416 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
417 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
418 Sedectes. Ausências: Setur, Angá e SEE. **9.4) Britadora Prata Ltda. Obras de**  
419 **infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e oficinas), pilhas de**  
420 **rejeito/estéril. São Gonçalo do Pará/MG. PA 12886/2013/001/2013, DNPM**  
421 **830.478/2013. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental  
422 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:

423 Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
424 Ausências: Setur, Angá e SEE. **9.5) São Geraldo Energética S/A. PCH Túlio**  
425 **Cordeiro de Melo. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Abre**  
426 **Campo/MG. AI 00255/1998/006/2007. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.**  
427 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
428 Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig,  
429 Fiemg, UFV e Sedectes. Ausências: Setur, Angá e SEE. **9.6) Ematex Industrial**  
430 **e Comercial Têxtil Ltda. Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras**  
431 **naturais e sintéticas com acabamento. Ribeirão das Neves/MG. PA**  
432 **00182/1998/007/2010. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
433 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
434 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
435 Sedectes. Ausências: Setur, Angá e SEE. **9.7) Egon Otto Rehn e Outros.**  
436 **Fazenda portal das águas/cachoeira. Criação bovinos de corte (extensivo),**  
437 **culturas anuais, excluindo a olericultura, extração de areia, cascalho para**  
438 **utilização imediata na construção civil. Unaí/MG. PA 01890/2004/003/2015.**  
439 **Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
440 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra,  
441 ICMBio, Ibama, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes. Ausências: Setur,  
442 Angá e SEE. **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
443 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU**  
444 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA**  
445 **ATLÂNTICA. 10.1) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A.**  
446 **Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minerais**  
447 **metálicos. Unidade de tratamento de minerais, pilhas de rejeito/estéril;**  
448 **estradas para transporte de minério/estéril, pilhas de rejeito/estéril, lavra a**  
449 **céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco, minerais metálicos;**  
450 **pilhas de rejeito/estéril. Santa Barbara/MG. Apresentação: Escritório**  
451 **Regional Centro-Sul/IEF. Ampliação da Cava Rosalino: PA**  
452 **00111/1988/024/2012, DNPM 930.181/2008; Cava João Burro: PA**  
453 **00111/1988/025/2012, DNPM 833.472/2003; Ampliação da pilha de rejeitos**  
454 **Córrego do Sítio I: PA 00111/1988/023/2012, DNPM 830.767/1981; Estrada**  
455 **Córrego do Sítio I: PA 09030002531/10; Estrada Córrego do Sítio II: PA**  
456 **09030002766/10; Pesquisa mineral Sangue de Boi: PA 09030003050/10;**  
457 **Pesquisa mineral Barra Feliz: PA 09030003052/10. Retorno de vista: Angá,**  
458 **Fiemg e Faemg.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos  
459 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, Faemg, Fapemig,  
460 Fiemg, UFV e Sedectes. Abstenções: ICMBio, Ibama e SEE. Ausências: Angá e  
461 Setur. **10.2) Belmont Mineração Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a**  
462 **úmido, minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas, pilhas de**  
463 **rejeito/estéril. Itabira/MG. PA 00062/1994/011/2011, DNPM 830.142/1978.**  
464 **Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação

465 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
466 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
467 Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.3) ERG Mineração e**  
468 **Comércio Ltda. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM). São Joaquim de**  
469 **Bicas/MG. PA 00104/1989/004/2010, DNPM 803.142/1974. Classe 3.**  
470 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental  
471 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
472 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
473 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.4) Dante Scalzo Filho.**  
474 **Construção de habitação/residência unifamiliar. Brumadinho/MG. Sem AAF**  
475 **anterior à emissão do Daia. PA 09010000676/15. Não passível.**  
476 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental  
477 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
478 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
479 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.5) R21 Comércio e Serviços**  
480 **Ltda. Construção de habitação/residência unifamiliar. Brumadinho/MG.**  
481 **Sem AAF anterior à emissão do Daia. PA 09010000891/17. Não passível.**  
482 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental  
483 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
484 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
485 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.6) Simone Chaves Riggio.**  
486 **Construção de habitação/residência unifamiliar. Brumadinho/MG. Sem AAF**  
487 **anterior à emissão do Daia. PA 09010000955/17. Não passível.**  
488 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental  
489 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
490 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
491 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.7) Consita Tratamento de**  
492 **Resíduos S/A. Aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe A da**  
493 **construção civil e/ou áreas de triagem. Santa Luzia/MG. PA**  
494 **18032/2011/001/2011. Classe 4. Apresentação: Escritório Regional Centro-**  
495 **Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
496 Parecer Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg,  
497 Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá.  
498 **10.8) Mineração Riacho dos Machados. Linha de distribuição de energia**  
499 **elétrica. Riacho dos Machados/MG. PA 08020000885/2017. Classe 4.**  
500 **Apresentação: Escritório Regional Norte/IEF.** Compensação ambiental  
501 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
502 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
503 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.9) Mineração Riacho dos**  
504 **Machados. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais**  
505 **metálicos, exceto minério de ferro. Riacho dos Machados/MG. PA**  
506 **11961/2009/005/2013. Apef/Daia 004614/2010. Prorrogação Apef/Daia**

507 **8278/2017, DNPM 831.005/1982. Classe 6. Apresentação: Escritório**  
508 **Regional Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos  
509 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE,  
510 Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur  
511 e Angá. **10.10) Mineração Riacho dos Machados. Lavra a céu aberto com**  
512 **tratamento a úmido, minerais metálicos, exceto minério de ferro. Riacho**  
513 **dos Machados/MG. PA 11961/2009/005/2013, DNPM 831.005/1982. Classe 6.**  
514 **Apresentação: Escritório Regional Norte/IEF.** Compensação ambiental  
515 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
516 Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes.  
517 Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.11) Mosaic Fertilizantes P & K**  
518 **Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Tapira/MG. PA 00001/1988/015/2009. Classe**  
519 **5. Apresentação: Escritório Regional Alto Paranaíba/IEF.** Compensação  
520 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
521 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
522 Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.12) Fundação**  
523 **Renova. Reassentamento de Bento Rodrigues. Loteamento do solo**  
524 **urbano, exceto distritos industriais e similares. Mariana/MG. PA**  
525 **08819/2018/001/2018. Classe 3. Apresentação: Suppri.** Compensação  
526 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
527 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
528 Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **10.13) CSN Mineração**  
529 **S/A. Pilhas de rejeito/estéril (Fraile 2). Congonhas/MG. PA**  
530 **00103/1981/090/2017. Classe 4. Apresentação: Suppri.** Compensação  
531 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
532 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e  
533 Sedectes. Abstenção: Ibama. Ausências: Setur e Angá. **11) PROCESSO**  
534 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
535 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**  
536 **11.1) RBM Participações e Empreendimentos Ltda. Lavra a céu aberto sem**  
537 **tratamento ou com tratamento a seco (10.000 t/dia), obras de infraestrutura**  
538 **(pátios de resíduos e produtos e oficinas). Belo Vale/MG. PA**  
539 **04722/2007/003/2011, DNPM 008.863/1943. Classe 3. Apresentação:**  
540 **Escritório Regional Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
541 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra,  
542 ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes. Ausências:  
543 Setur e Angá. **12) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE**  
544 **RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E**  
545 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO**  
546 **ESTADUAL Nº 46.953/2016. 12.1) Plano de Trabalho Gimuc nº 01/2018.**  
547 **Compensação Minerária Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do**  
548 **processo Mina Fazendão. PA 00312/1996/036/2007. E Mina de Fábrica**

549 **(Pilha de Rejeito PDE Ponto 03). PA 5195/2007/069/2009. Apresentação:**  
550 **Gimuc/IEF.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos  
551 apresentados. Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg,  
552 Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes. Ausências: Setur e Angá. **13)**  
553 **SUBSTITUIÇÃO NO PLANO DE TRABALHO FLORESTA NACIONAL DE**  
554 **RITÁPOLIS. Aquisição de bens e serviços. PA 09927/2010/002/2012.**  
555 **Mineração Monte Azul Ltda. Aprovado na 48º reunião da CPB, realizada em**  
556 **25/4/2013. Apresentação: Juliana Gonçalves Ferreira/ICMBio.** Substituição  
557 no plano de trabalho aprovada por unanimidade nos termos apresentados.  
558 Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, UFV e  
559 Sedectes. Abstenções: Sindiextra, Fiemg. Impedimento: ICMBio. Ausências:  
560 Setur e Angá. Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Eu vou me declarar  
561 impedida porque o ICMBio é diretamente interessado.” **14) RETIFICAÇÕES**  
562 **DOS PLANOS DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE**  
563 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**  
564 **TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL**  
565 **46.953/2016. 14.1) Retificação do Plano de Trabalho nº**  
566 **04/2017/PESRM/ERCS/IEF. Compensação Minerária Vale S/A. Aplicação de**  
567 **recursos advindos do processo da Barragem Capitão do Mato. PA**  
568 **00237/1994/078/2005. E Barragens Forquilha IV e V. Mina de Fábrica. PA**  
569 **15195/2007/065/2008. Apresentação: Gimuc/IEF.** Retificação do Plano de  
570 Trabalho aprovada por unanimidade nos termos apresentados. Votos  
571 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg,  
572 UFV e Sedectes. Ausências: Setur e Angá. **14.2) Retificação do Plano de**  
573 **Trabalho nº 05/2017/PESRM/ERCS/IEF. Compensação Minerária Vale S/A.**  
574 **Aplicação de recursos advindos do processo da Barragem Capitão do**  
575 **Mato. PA 00237/1994/078/2005. Apresentação: Gimuc/IEF.** Retificação do  
576 Plano de trabalho aprovada por unanimidade nos termos apresentados. Votos  
577 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg,  
578 UFV e Sedectes. Ausências: Setur e Angá. **14.3) Retificação do Plano de**  
579 **Trabalho nº 02/2017/EEMC/ERCO/IEF. Compensação Minerária Vale S/A.**  
580 **Aplicação de recursos advindos do processo do Posto e Oficina Mina de**  
581 **Abóboras. PA 00237/1994/101/2013. E Barragens Forquilha IV e V. Mina de**  
582 **Fábrica. PA 15195/2007/065/2008. Apresentação: Gimuc/IEF.** Retificação do  
583 Plano de trabalho aprovada por unanimidade nos termos apresentados. Votos  
584 favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg,  
585 UFV e Sedectes. Ausências: Setur e Angá. **15) PLANOS DE MANEJO DE**  
586 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS**  
587 **TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº**  
588 **46.953/2016. 15.1) Plano de Manejo da Área de Proteção Estadual das**  
589 **Águas Vertentes. Apresentação: Gerente da APA das Águas Vertentes.**  
590 **Retorno de vista: Fiemg, Faemg e Ibama.** Plano de manejo aprovado por

591 unanimidade nos termos apresentados, com as seguintes alterações propostas  
592 no parecer de vista conjunto Fiemg/Faemg. Item 4.1.4 - Zona de Uso Rural  
593 (ZUR). – Nova redação aprovada: “Os licenciamentos ambientais de  
594 empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em  
595 Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima), localizados no  
596 interior da APA só poderão ser concedidos após autorização do órgão  
597 responsável pela administração da UC, nos termos da Resolução Conama  
598 428/2010. A autorização deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador,  
599 antes da emissão da primeira licença prevista, ao órgão responsável pela  
600 administração da UC, que se manifestará conclusivamente após avaliação dos  
601 estudos ambientais exigidos dentro do procedimento de licenciamento  
602 ambiental, no prazo de até 60 dias, a partir do recebimento da solicitação. Nos  
603 processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a  
604 EIA/Rima e localizados no interior da APA, o órgão ambiental licenciador deverá  
605 dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, nos termos da  
606 Resolução Conama 428/2010.” Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio,  
607 Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV e Sedectes e Setur. Ausência:  
608 Angá. – Rejeitada a exclusão do item relativo a afloramentos rochosos:  
609 “Afloramentos rochosos deverão ser preservados enquanto relevantes áreas de  
610 recarga de aquíferos, definidores do perfil da paisagem e mantenedores de  
611 populações de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do mocó (*Kerodon*  
612 *rupestris*) e do quiabo-da-laje (*Cipocereus minensis*.)” Votos favoráveis à  
613 exclusão: Crea, Sindiextra, Faemg e Fiemg. Votos contrários à exclusão:  
614 ICMBio, Ibama, SEE, UFV e Setur. Abstenções: Fapemig e Sedectes. Ausência:  
615 Angá. Declarações de votos. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O voto  
616 foi pela exclusão em função do que já foi colocado no próprio parecer de vista.”  
617 Conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos: “Pela questão da restrição de direito,  
618 inclusive, do direito minerário, de acesso ao bem mineral.” Conselheiro Carlos  
619 Alberto Santos Oliveira: “Pelos mesmos motivos discutidos aqui.” Conselheiro  
620 Gabriel Moreira Junqueira: “Eu voto favorável pela justificativa da Faemg, nós  
621 seguimos o mesmo padrão de alinhamento.” – Nova redação aprovada, com  
622 inclusão, ao final, da expressão ‘nos termos da legislação vigente’: “As  
623 atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das condições  
624 hídricas, a exemplo de mineração, instalação de barragens e/ou de obras de  
625 infraestrutura em geral, deverão contemplar programas de prevenção e  
626 remediação de danos e riscos, além de instrumentos de licenciamento  
627 ambiental em geral, nos termos da legislação vigente.” Votos favoráveis: Crea,  
628 Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV, Sedectes e  
629 Setur. Ausência: Angá. Item 4.1.5 - Zona de Adensamento Populacional (ZAP).  
630 – Aprovada a inclusão do seguinte texto: “As propriedades localizadas em zona  
631 rural devem obedecer ao módulo mínimo rural estabelecido pelo órgão  
632 competente para o município em que estão inseridas.” Votos favoráveis: Crea,  
633 Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg, Fapemig, Fiemg, UFV, Sedectes e

634 Setur. Ausência: Angá. – Aprovada a substituição do seguinte texto: “As  
635 propriedades devem obedecer ao módulo mínimo rural estabelecido pelo órgão  
636 competente para a região em que está inserida.” Texto aprovado: “As atividades  
637 capazes de provocar erosão ou assoreamento das condições hídricas deverão  
638 contemplar programas de prevenção e remediação de danos e riscos, além de  
639 instrumentos de licenciamento ambiental em geral, nos termos da legislação  
640 vigente.” Votos favoráveis: Crea, Sindiextra, ICMBio, Ibama, SEE, Faemg,  
641 Fapemig, Fiemg, UFV, Sedectes e Setur. Ausência: Angá. Item 4.2 - Normas  
642 Gerais. – Rejeitada a proposta de substituição dos itens 5, 7 e 14 pela seguinte  
643 redação: “Os licenciamentos ambientais de empreendimentos de significativo  
644 impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e  
645 respectivo Relatório (EIA/Rima), localizados no interior da APA, só poderão ser  
646 concedidos após autorização do órgão responsável pela administração da UC,  
647 nos termos da Resolução Conama 428/2010. A autorização deverá ser  
648 solicitada pelo órgão ambiental licenciador, antes da emissão da primeira  
649 licença prevista, ao órgão responsável pela administração da UC, que se  
650 manifestará conclusivamente após avaliação dos estudos ambientais exigidos  
651 dentro do procedimento de licenciamento ambiental, no prazo de até 60 dias, a  
652 partir do recebimento da solicitação. Nos processos de licenciamento ambiental  
653 de empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima e localizados no interior da APA,  
654 o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela  
655 administração da UC, nos termos da Resolução Conama 428/2010.” Votos  
656 favoráveis à substituição: Crea, Sindiextra, Faemg e Fiemg. Votos contrários à  
657 substituição: ICMBio, Ibama, SEE, UFV e Setur. Abstenções: Fapemig e  
658 Sedectes. Ausência: Angá. **Controle de legalidade.** Conselheiro Thiago  
659 Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, eu queria dar uma sugestão. Nos próximos  
660 planos de manejo, que fossem avaliadas essas questões jurídicas a respeito  
661 desses pontos. Olha só o que nós fizemos aqui. Nas normas específicas, nós  
662 alteramos o texto para a Resolução Conama 428. Nas normas gerais, nós não  
663 alteramos. Foi por unanimidade na primeira, e agora foi um 5 a 4. Então, só  
664 levantar esse ponto para que essa avaliação jurídica seja feita, se essas  
665 questões, se essas restrições colocadas estão em acordo com a legislação ou  
666 não estão. Porque aí facilita a votação.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Eu  
667 concordo com o Thiago, a nossa discussão não era só se concordamos ou não,  
668 é se isso é legal ou não é legal. Eu segui o meu entendimento mais técnico  
669 acerca do que eu penso de preservação, mas podemos estar votando uma  
670 ilegalidade. E aí como fica isso? Eu concordo que essas coisas têm que ser  
671 mais bem esclarecidas quando chegar para nós aqui.” Conselheiro Thiago  
672 Rodrigues Cavalcanti: “Inclusive, tem orientação da Diretoria Geral do IEF e  
673 orientação da Subsecretaria de Regularização Ambiental de que as  
674 autorizações só sejam exigidas em casos de empreendimentos com EIA/Rima.  
675 Eu quero ver como vai ficar com essa unidade de conservação, que tem um  
676 plano de manejo e uma orientação interna diferente.” Vicente Rezende



677 Salgueiro Junior/Procuradoria do IEF: “Reforçando o que já foi falado aqui  
678 algumas vezes, no próprio relatório, o conselheiro pode solicitar uma análise  
679 jurídica, um estudo jurídico, e será retornado com o parecer da Procuradoria.  
680 Mais uma vez, eu coloco a Procuradoria à disposição dos senhores para  
681 qualquer esclarecimento. Lembrando – para que não ocorra novamente o que já  
682 aconteceu anteriormente – que seja solicitado antes da votação, por gentileza.”  
683 dispendiosos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Então, submetemos  
684 a matéria a um parecer jurídico, mas a minha sensibilidade ambiental, que é  
685 apaixonada pela preservação, entendi que há o parecer jurídico, mas a questão  
686 ambiental se sobrepõe em dúvida pró meio ambiente, e vamos ficar correndo  
687 atrás do rabo eternamente. E mais do que isso: vamos ficar com uma política de  
688 unidade de conservação com ilegalidades e sem cumprir, como até hoje  
689 acontece, o objetivo final, que é proteger o meio ambiente. Essa é a questão.  
690 Nós gostamos, então, de ter uma política de unidade de conservação com  
691 elementos de inconformidade com a lei?” Vicente Rezende Salgueiro  
692 Junior/Procuradoria do IEF: “O Decreto do COPAM tem a previsão do controle  
693 da legalidade dos atos. Eu vou fazer a leitura do item, o inciso IX do Artigo 6º:  
694 ‘Compete ao presidente fazer o controle de legalidade dos atos e decisões da  
695 CNR, das Câmaras Técnicas Especializadas e das URCs’. Qualquer decisão  
696 que o senhor entenda que foi ilegal, o senhor pode fazer essa provocação via  
697 Secretaria Executiva para que haja essa análise pela Presidência. Se for o caso  
698 de solicitar um parecer jurídico para fundamentar qualquer decisão, isso pode  
699 ser feito. Só esse complemento acerca da legalidade. Se o senhor entende que  
700 uma decisão foi flagrantemente ilegal, não tem que aceitar ou não tomar  
701 qualquer providência. Há previsão de providências a serem tomadas caso seja  
702 constatada alguma ilegalidade.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:  
703 “Tem que haver provocação?” Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria  
704 do IEF: “Na verdade, o presidente pode fazer de ofício. Mas nada impede que o  
705 senhor faça a provocação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Então,  
706 desde já, eu faço a provocação para que essa matéria que foi decidida agora  
707 sofra esse controle de legalidade. Não é por birra quanto à questão da proteção  
708 ambiental. Primeira coisa, presidente, o que nós temos que constatar é que a  
709 política mineira e brasileira de áreas protegidas, de unidades de conservação,  
710 fracassou até agora. Uma ou outra é que têm uma trajetória mais positiva. E  
711 começa a fracassar por isso, esse tipo de coisa que está acontecendo aqui.  
712 Então, eu estou provocando a mesa para que seja feito o controle de  
713 legalidade.” Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria do IEF: “Apenas  
714 para delimitar o objeto da consulta, eu vou pedir, por gentileza, para colocar ali  
715 o item do plano de manejo que está sendo questionado. A proposta de  
716 alteração é referente a qual item?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “É  
717 a respeito dos itens 5, 7 e 14 das ‘Normas Gerais’. E aproveito e coloco o item  
718 de ‘afloramento rochoso’ também, que eu acho que já cai na mesma história.”  
719 Vicente Rezende Salgueiro Junior/Procuradoria do IEF: “Será feita uma análise

720 jurídica da legalidade desses itens como estão no plano de manejo.” **15.2)**  
721 **Plano de Manejo da Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante.**  
722 **Apresentação: Gerente MONA Lapa Nova de Vazante.** Plano de manejo  
723 retirado de pauta com pedido de vista da Faemg. **16) ENCERRAMENTO.** Não  
724 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet  
725 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

726

727

728

729

730

731

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Henri Dubois Collet**  
**Presidente da CPB**